sem questionar, mesmo que tangencialmente, a origem das diferenças presumidas e levantadas com base nos documentos e livros fiscais da recorrente. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA E CONSIDERAR O AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 23 de maio de 2007.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 118/2004
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 29012.
RECORRENTE: BRANDÃO E VIANA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº: 101/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO PELAS SAÍDAS. A CARTA MAGNA REPUBLICANA DE FORMA EXPLICITA REFERE EM SEU ART. 150, IV, À VEDAÇÃO DE SE UTILIZAR TRIBUTO E NÃO MULTA COM EFEITO CONFISCATÓRIOS. 1-Vício formal, pelo fato do Mapa Roteiro nº 10-H, inserto às folhas 21, ter identificado como sujeito passivo AGOSTINHO COELHO DE BRITO, CAGEP 19.416.743-7, estabelecido à rua 36, BR - 343, nº 2489, não BRANDÃO E VIANA LTDA. 2- A Fazenda Pública poderá, no lapso de 5 anos, após verificar que os dados insertos no Mapa Roteiro nº 10-H são de BRANDÃO E VIANA LTDA e não de AGOSTINHO COELHO DE BRITO, autuar novamente a recorrente nos mesmos valores. DECISÃO UNÂNIME. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO PARA REFORMAR A DECISÃO RECORRIDA E CONSIDERAR O AI NULO, POR VÍCIO FORMAL, NOS TERMOS DO ART. 173, II DO CTN.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 25 de maio de 2007.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO
SEGUNDA CAMARA RECURSAL

PROCESSOS CCE Nº: 188, 189, 190, 191, 192/2004.
AUTOS DE INFRAÇÃO Nº: 032358, 032359, 032361, 032362 e 032366.
RECORRENTE: BALDESSAR IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº: 102/2007.

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NÃO ESCRITURAÇÃO DE NF'S DE ENTRADAS. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE OMISSÃO DE RECEITA. DECISÃO UNÂNIME. I-A formalização do lançamento não é seqüenciada em etapas, ou seja, primeiro se lavra a Notificação de Lançamento para somente depois se lavrar o Auto de Infração, mas se apresenta claramente, à luz do art. 62 da Lei 4.257/89, como alternativa, uma vez que o epíteto "ou" é quem estabelece o liame entre a Notificação de Lançamento e o Auto de Infração. II - Descaracteriza-se, como prova, a ser produzida pelo Fisco, os recibos da 1ª via das notas fiscais, pois a inteligência do art. 17 do Dec. 9.740/96, não é que seja um controle, para utilização pelo fisco, mas dos signatários das operações mercantis. III - ingresso de mercadorias que não obtiveram registros fiscais apresenta presunção júris tantum do não registro de tais operações quando da venda, indicando omissão de receita. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS PARA MANTER AS DECISÕES RECORRIDAS E CONSIDERAR PROCEDENTES OS AUTOS DE INFRAÇÃO.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 25 de maio de 2007.

Getúlio Cavalcante - Conselheiro-Presidente
Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Relator
Miguel Barradas Sobrinho - Conselheiro
Emmanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

P. P. 7086

**SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS, DE EMPRESAS
CORRETORES DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PRIVADA NO ESTADO DO PIAUÍ - SINCOR-PI**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINCOR-PI no uso de suas atribuições previstas no artigo 15, alínea "a" e no artigo 20, alínea "h" do Estatuto Social do SINCOR-PI, convoca todos os filiados deste Sindicato, quites com suas obrigações, para a Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de junho de 2007, na sede do SINCOR-PI, na Rua Jornalista Helder Feitosa, 1250, Ininga - Teresina - PI, às 17:00 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos corretores, ou às 18:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de filiados presentes, para tratarem e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1 - Prestação e aprovação de contas referente ao ano de 2006.
- 2 - Apreciação e votação da Previsão Orçamentária para o exercício de 2007, na forma estatutária e da legislação em vigor;
- 3 - Assuntos gerais.

Teresina (PI), 19 de junho de 2007

Júlio Vieira de Carvalho

Presidente

P. P. 7048

POÇOS SHALLON Perfurações e Serviços Ltda, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, para perfuração de 06 (seis) poços tubulares nas localidades Baixa do Cajueiro, Cabeça Chata, Feitoria, Tabuleiro, Tabuleiro Grande e Pitombeira, todos na zona rural de Oeiras - PI, bem como as Outorgas Preventivas com vistas a reservar os volumes outorgáveis de 657 m³/ano; 1.576 m³/ano; 876 m³/ano; 438 m³/ano; 657 m³/ano; 657 m³/ano respectivamente e coordenadas geográficas de 06°59'02" S / 42°22'05" W; 06°58'55" S / 41°58'32" W; 07°11'04" S / 42°17'58" W; 06°58'58" S / 42°21'30" W; 06°52'05" S / 42°06'30" W; 07°21'03" S / 42°01'10" W respectivamente. Todos na Bacia hidrográfica do rio Parnaíba e Sub-bacia do rio Canindé. Finalidade da água: abastecimento humano e dessedentação animal.

POÇOS SHALLON Perfurações e Serviços Ltda, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, para perfuração de 03 (três) poços tubulares nas localidades Aldeia, zona rural de Santa Rosa do Piauí; Pereiro, zona rural de Simplício Mendes e; Vaca em Pé, zona rural de São Francisco do Piauí, bem como as Outorgas Preventivas com vistas a reservar os volumes outorgáveis de 525 m³/ano; 569,4 m³/ano e; 657 m³/ano respectivamente e coordenadas geográficas de 06°52'35" S / 42°12'07" W; 07°37'02" S / 42°12'01" W e; 07°03'05" S / 42°25'59" W respectivamente. Todos na Bacia hidrográfica do rio Parnaíba e Sub-bacia do rio Canindé. Finalidade da água: abastecimento humano e dessedentação animal.

POÇOS SHALLON Perfurações e Serviços Ltda, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR, pedido de Licença Prévia, Licença de Instalação e Operação para perfuração de 01 (um) poço tubular na localidade Jatobá I, zona rural de S. Miguel do Fidalgo, bem como as Outorgas de Uso de Recursos Hídricos com vistas a reservar o volume outorgável de 4.380 m³/ano com coordenadas geográficas de 07°30'33" S / 42°19'58" W.

Bacia hidrográfica do rio Parnaíba e Sub-bacia do rio Canindé. Finalidade da água: abastecimento humano e dessedentação animal.

P. P. 7049